

**POLÍTICA ESTADUAL DE DESPRECARIZAÇÃO DE VÍNCULOS DE TRABALHO DOS AGENTES
COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DA BAHIA**

No Estado da Bahia, do mesmo modo que se verificou em outros Estados, o processo de expansão da Estratégia de Saúde da Família se deu sem assegurar os direitos dos seus trabalhadores. Neste particular, os Agentes Comunitários de Saúde - ACS constituíam a categoria profissional em pior situação quanto ao respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários.

A aprovação no Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 51/06 e da Lei Federal nº 11.350/06 garantiu o conjunto de direitos destes trabalhadores e demandou uma ação ativa de estados e municípios para cumprimento desta legislação.

Diante deste cenário, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia assumiu o importante desafio de formular uma Política que estimulasse a regularização dos vínculos dos mais de 24 mil ACS do Estado, bem como de apoiar os municípios na realização das seleções públicas para contratação de mais ACS para expansão da Saúde da Família no Estado.

Durante o primeiro semestre de 2007 foi formulada a Política de Desprecarização dos Vínculos de Trabalho de ACS e ACE, através da composição de um grupo de trabalho entre a Diretoria de Atenção Básica, Diretoria de Vigilância Epidemiológica e Diretorias Regionais de Saúde da SESAB, Secretarias Municipais de Saúde, representações do Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual e representações das categorias (Federação e Sindicato), entre outros setores, tendo como base a Lei nº 11.350 de 05/10/06 e a EC nº 51 de 04/02/06.

As diretrizes da Política foram aprovadas pelo Conselho Estadual de Saúde em março de 2007 e materializadas na 1ª versão da “Cartilha de Desprecarização”. Foram distribuídas para todos os municípios mais de 20 mil cartilhas contendo o detalhamento da Política, a legislação federal em vigor, minutas de projeto de lei municipal para criação de cargos ou empregos públicos de ACS e modelos de edital de seleção pública. Também

foram confeccionadas e distribuídas para todos os agentes mais de 24 mil cartilhas em versão de bolso.

Com a realização de 6 grandes audiências públicas, dezenas de oficinas regionais, um sítio virtual (www.saude.ba.gov.br/dab/acs) com todas as informações da Política e a ação de apoio institucional da gestão estadual, a totalidade dos municípios foi apoiada neste processo de desprecarização dos vínculos dos ACS.

Até março de 2010, 404 municípios (97% do total) já haviam aprovado lei municipal regularizando o vínculo dos ACS e com isto, mais de 23 mil Agentes (98% do total) tiveram garantidos seus direitos trabalhistas e previdenciários. A SESAB deu apoio técnico e logístico às seleções públicas de 260 municípios, resultando na criação de mais 3.400 novas vagas de ACS.

Estes resultados foram alcançados em função de um contexto de forte parceria entre gestão estadual e Conselho de Secretários Municipais de Saúde – COSEMS, com a participação ativa da representação dos ACS e a fundamental contribuição do Ministério Público Federal do Trabalho.